

A ARQUEO-GENEALOGIA FOUCAULTIANA DOS SABERES SOBRE “O HUMANO”

[FOUCAULTIAN ARCHAEO-GENEALOGY OF KNOWLEDGE ABOUT “THE HUMAN”]

Iván Gabriel Dalmau

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina

RESUMO: O objetivo deste artigo é revisar a abordagem do discurso dos saberes sobre “o humano” desdobrado por Michel Foucault que se enquadra em sua problematização da crítica como atividade de diagnóstico do presente. Nesse sentido, destaca-se que ao reconstruir o trabalho de arquivo sobre os saberes cuja formação contribuiu para a constituição da figura do “homem”, não nos referimos apenas às ciências humanas, mas também ao conjunto de saberes que enquadram a problematização do “homem”, enquanto “vive, trabalha e fala”. Isto é, as ciências que tomam por objeto os chamados “quase-transcendentais” da episteme moderna, ou seja, a vida, o trabalho e a linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault; saber; ciências humanas; biopolítica; arqueogenealogia

ABSTRACT: The aim of this work is to review the approach of the discourse of knowledge (*savoir*) about “the human” deployed by Michel Foucault that fits in his problematization of criticism as a diagnostic activity of the present. In this sense, it should be stressed that when we reconstruct the archival work on the knowledge (*savoir*) whose formation contributed to the constitution of the “man” figure, we are not referring only to the human sciences, but also to the set of knowledge (*savoir*) which frame the problematization of “man”, as being that “lives, works and speaks”. That is, the sciences which take as their object the so-called “quasi-transcendental” of modern episteme, i.e. life, work and language.

KEYWORDS: Foucault; Knowledge; Human Sciences; Biopolitics; Archaeo-genealogy

APRESENTAÇÃO¹

“Agora, como Foucault reconhece em vários lugares, se é certo que uma experiência tem de atender a esses três eixos [sujeito, verdade e poder], não em todas as suas obras estes tiveram o mesmo relevo e lhes foi dada a mesma atenção (...). A luz de tudo isso, ficaria como insustentável por mais tempo essa interpretação tão usual de um primeiro Foucault discursivista, apenas preocupado pelas estruturas e formas discursivas, um segundo absorvido na questão do poder e um terceiro que teria deixado tudo isso para se dedicar à questão da subjetividade, que então, ficaria separada de tudo o anterior. Os três eixos são inseparáveis, por muito que em um momento se atenda mais a um do que a outro”

(Álvarez Yagüez, 2017, pp. 15-16).

¹ Licenciado em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), licenciado e professor em Sociologia (UBA), doutor em Ciências Sociais (UBA) e pós-doutorado em Ciências Sociais (UBA). Investigador Adjunto do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), sediado no Instituto de Investigações Gino Germani (UBA). Professor adjunto da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) e Professor Auxiliar de Filosofia (UBA). E-mail: ivandalmau@yahoo.com.ar

Ao longo do presente artigo pretendemos revisar a abordagem do discurso dos saberes sobre “o humano” desdobrado por Michel Foucault, que se enquadra em sua problematização da crítica como atividade de diagnóstico do presente em um arco que se estende desde os anos sessenta até sua morte em 1984 (1994a, 1994b, 2008, 2015)². A este respeito, é oportuno destacar que ao reconstruir o trabalho de arquivo sobre os saberes cuja formação contribuiu para a constituição da figura do “homem”, não nos referimos apenas às ciências humanas –sociologia, “ciências psi” e estudos literários– mas, além disso, ao conjunto de discursos que enquadram a problematização do “homem”, enquanto “vive, trabalha e fala”. Isto é, as ciências que tomam por objeto os chamados “quase-transcendentais” da episteme moderna: a vida, o trabalho e a linguagem (Foucault, 1966; Sabot, 2006, pp.75-115; Yuing Alfaro, 2017, pp. 140-253; Domingues, 2023, pp.159-207). Por sua vez, é necessário esclarecer que para simplificar a redação e evitar repetições, usaremos a expressão saberes sobre “o humano” e ciências humanas como se fossem sinônimas, ou seja, em ambos os casos aludiremos também às ciências empíricas que tratam da vida, o trabalho e a linguagem. Esta terminologia seria problemática se nos propuséssemos reconstruir detalhadamente a arqueologia foucaultiana dos saberes elaborada no referido livro de meados da década de 1960. Mas do nosso ponto de vista não apresenta problemas enquanto –como detalharemos em breve– o foco da leitura o colocaremos na arqueo-genealogia desdobrada no final da década seguinte.

Por outro lado, é preciso ressaltar que a leitura que mostraremos a seguir se apoia no característico gesto foucaultiano de recuperação e reformulação recorrente de seus trabalhos precedentes na perspectiva de suas investigações em curso, como tornou-se palpável após a publicação de cursos e conferências inéditos no momento da sua morte (Fontana & Bertani, 1997, p. 248). Forma de proceder foucaultiana que, em sintonia com o indicado por Alvarez Yagüez na citação que colocamos como epígrafe, trouxe consigo uma interrogação das leituras “em etapas” que foram feitas a respeito do seu pensamento (Dreyfus & Rabinow, 1983; Blanchot, 1986; Deleuze, 1986); leituras segundo as quais se poderiam distinguir em sua “obra” três etapas, ligadas a décadas, métodos e objetos. Deste modo, se considerou que nos anos sessenta Foucault teria se empenhado em traçar uma arqueologia das ciências humanas, durante a década de setenta se ocuparia em elaborar uma genealogia do poder e nos anos oitenta teria se empenhado em investigar uma problematização ética da subjetividade.

A contramão dessa forma de leitura, graças à mencionada transformação produzida no corpus pela publicação de trabalhos inéditos no momento de sua morte (ou que estavam dispersos), que teve ao longo dos últimos trinta anos (Chamorro & Castro-Orellana, 2021, p.5), em seguida pararemos na abordagem arqueo-genealógica dos saberes que Foucault implanta nos cursos

2 Eu gostaria de agradecer a Marcelo Raffin para as discussões e comentários sobre a linha de investigação em que se inscreve este trabalho. Por outro lado, gostaria de mencionar que neste artigo me ocupo de retomar, aprofundar e reelaborar algumas ideias abordadas anteriormente (Dalmau, 2024). Esta investigação faz parte do projeto europeu TransatlanticLab-101235830, HORI ZON-MSCA-2024-SE-01. O projeto é dirigido pela Dra. Consuelo Naranjo Orovio do Instituto de História do CSIC.

ministrados no *Collège de France* no final da década de 1970, através dos quais se ocupa de abordar a emergência da biopolítica (Foucault, 1997) e formas de governamentalidade moderna e contemporânea (Foucault, 2004a, 2004b). Em termos formais, dividiremos as linhas que se desdobram a seguir em dois pontos e um parágrafo de reflexão final. No primeiro, nos ocuparemos de reconstruir o tipo de crítica articulada pelo filósofo através de sua abordagem arqueo-genealógica dos saberes. Depois disso, nos deteremos então na problematização dos saberes sobre “o humano” elaborada pelo pensador francês no contexto de sua indagação a respeito dos tópicos mencionados.

Por fim, consideramos fundamental introduzir o esclarecimento metodológico que detalhamos a seguir. Tomamos como ponto de partida a seguinte distinção categorial: a indagação sobre as ferramentas constituídas pela filosofia foucaultiana não implica em absoluto a assunção de um compromisso com uma análise doxológica quanto ao ajustado ou não das referências introduzidas por Foucault em relação a outros filósofos e correntes filosóficas. Nesse sentido, por exemplo, ao revisar como problematiza o saber, distinguindo-o do conhecimento, não pretendemos avaliar a prolixidade das referências foucaultianas à fenomenologia. Isso não implica, sob nenhum ponto de vista, que nós afirmamos que a leitura foucaultiana da fenomenologia “faz justiça” à riqueza de matizes dessa tradição da filosofia contemporânea. O mesmo poderia ser dito em relação à crítica marxista da ideologia, a concepção kantiana da crítica ou a noção de genealogia em Nietzsche. Consideramos que são dois problemas de investigação diferentes como Foucault lê a Kant, avaliando essa leitura em termos de sua verossimilhança filológica e histórico-conceitual, e como Foucault concebe o exercício da crítica (para o que vale uma interpretação da filosofia kantiana e de seu legado). Enfatizamos, então, que não pode passar sem solução de continuidade de uma pergunta para a outra. Também destacamos que se perdermos de vista essa distinção, ficaríamos presos em uma falsa dicotomia, cujas possibilidades contrárias afundam suas raízes no mencionado descuido metodológico, isto é “a reivindicação acrítica” que, por exemplo, dá como certa a correção da leitura foucaultiana de Husserl e “a crítica por elevação” que, tomando o mesmo caso, consideraria que a arqueologia foucaultiana do saber é filosoficamente sem valor por se fixar em um contraponto com uma leitura pouco rigorosa dos trabalhos de Husserl.

A ARQUEO-GENEALOGIA COMO CRÍTICA DAS FORMAS DE OBJETIVAÇÃO

“As ferramentas arqueo-genealógicas que Foucault foi perfilando desde a década de sessenta até sua formulação mais consumada nos anos oitenta como “ontologia do presente”, implicam um deslocamento substantivo em relação a qualquer curso teleológico ou metafísico (...). Assim, a arqueo-genealogia mina a ideia do saber filosófico como ciência pura ou disciplina primeira e o faz através de uma historização radical”
(Villacañas & Castro-Orellana, 2018, pp. 5-6).

Uma vez que neste parágrafo pretendemos reconstruir o tipo de crítica que Foucault elabora através da sua abordagem arqueo-genealógica dos saberes, consideramos pertinente deter-nos, em primeiro lugar, no modo como caracteriza o exercício da crítica para o final de seu itinerário intelectual. Por isso, tomamos como ponto de partida o tratamento dado a essa questão na primeira aula do curso ministrado no *Collège de France* durante o ciclo letivo 1982-1983, ou seja, a classe de 5 de janeiro de 1983 por meio da qual Foucault deu início ao curso *Le gouvernement de soi et des autres*. Lá, o pensador usa uma apresentação do modo como Immanuel Kant respondeu à pergunta “*Was ist Aufklärung?*” para inscrever seu próprio trabalho em uma modulação da crítica:

Parece-me que a escolha filosófica que enfrentamos atualmente é esta. É preciso optar por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade (Foucault, 2008, p. 22).

Sobre este ponto, deve-se ressaltar que –seguindo a leitura foucaultiana– em torno do legado kantiano teriam sido configuradas duas posteridades críticas. Por um lado, o caminho da crítica erguido em torno do Kant da *Crítica da razão pura*, no âmbito do qual se desenvolve um amplo conjunto de correntes filosóficas nas quais a crítica é concebida como uma reflexão fundamentadora e normativa. Discursos que, além de suas modulações, se inscreveriam em uma forma de problematização na qual o exercício da crítica, como indagação sobre os limites e possibilidades do conhecimento, formaria um triângulo com a busca de uma base adequada na qual ancorar o conhecimento e uma consequente proposta normativa em relação à questão sobre como conhecer. Por outro lado, seria configurado a posteridade na qual o próprio Foucault inscreve explicitamente em seu trabalho. Isto é, aquela inflexão da crítica em que –fazendo eco do Kant que se questiona pela *Aufklärung*– a filosofia é praticada como uma atividade de diagnóstico do presente. Caminho no qual, entre outros, Foucault coloca Nietzsche, e que teria como nota particular a busca de dar conta da constituição ontológico-política da atualidade (Gros, 2008, p. 361). Em torno do qual, é fundamental lembrar que o diagnóstico do presente se desenvolverá nos trabalhos do pensador francês, tal como ele ressaltou na citada lição, através da problematização das matrizes que constituem os focos de experiência, nos quais se produz uma articulação entre as matrizes de saber, as matrizes normativas de comportamento e os modos de vinculação do sujeito consigo mesmo e com os outros.

Agora, em função do objetivo do artigo, consideramos pertinente referir-nos à forma como elabora as noções de saber e genealogia na perspectiva da maneira como problematiza o caráter crítico da prática filosófica. Portanto, direcionaremos nossa leitura para a problematização arqueológica do saber, após o qual pararemos nos que poderiam ser chamados como “ecos arqueológicos da genealogia”. No entanto, antes de continuar nossa leitura, deve-se lembrar que a caracterização da filosofia como atividade diagnóstica, preocupada em dar conta do presente de quem filosofa, não é algo que aparece apenas no final da produção foucaultiana. Pelo contrário, não se pode ignorar que ao referir-se a

Nietzsche e ao estruturalismo em meados dos anos 60 (Foucault, 1994a, 1994b), referências introduzidas no quadro de entrevistas que tiveram lugar no contexto da publicação de *Les mots et les choses* (1966), Foucault vinculou explicitamente a atividade filosófica com o diagnóstico do presente (López, 2017, p. 447). Justamente, a ligação entre a filosofia e o diagnóstico do presente foi desenvolvida pelo pensador francês no livro que escreve de maneira contemporânea, mas que não manda publicar, este é o trabalho recentemente publicado sobre o discurso filosófico (Foucault, 2023).

Em seguida, direcionaremos então a leitura para a forma de problematização dos discursos que Foucault propõe no final dos anos 60 em *L'archéologie du savoir* (1969). Nesse livro, ressaltará que a problematização arqueológica destes consiste em abordá-los enquanto práticas e se orienta para dar conta de suas condições de possibilidade, de forma tal de estabelecer os modos históricos de constituição de certas positivities, em vez de tomá-las antecipadamente como evidência e ponto de partida. Neste contexto, cabe ressaltar que a arqueologia não busca se configurar como uma teoria do conhecimento alternativa, que problematizaria a relação sujeito-objeto (Foucault, 1994c), mas entre seus objetivos destaca-se dar conta das formas históricas de constituição de ambos os termos ao remetê-los às suas condições de possibilidade (Raffin, 2020 p.55). Em vez de problematizar as possibilidades do conhecimento e seus limites intransponíveis, através da perspectiva arqueológica o pensador configura um registro epistemológico que não se “basta a si mesmo”, mas está marcado por preocupações ontológico-políticas. Pois, do que se trata é de dar conta da formação imanente dos objetos e das posições de sujeito a partir da abordagem do discurso das ciências humanas.

A este respeito, vale ressaltar que a abordagem dos saberes sobre “o humano” se encontra desancorado do interior da relação sujeito-objeto e caracteriza-se por prescindir de uma concepção teleológica da história das ciências, bem como realizar uma reflexão epistemológica de caráter normativo (Foucault, 1966, p.13; Castro, 1995, p. 39; Vázquez García, 2020, p.54). Portanto, defendemos que em vez de contribuir para a crítica normativa sobre a objetividade cognoscitiva das ciências humanas, a crítica arqueológica se desloca para a problematização das formas de objetivação.

Enquanto nos propomos investigar a crítica arqueo-genealógica dos saberes sobre o “humano” que o filósofo elabora no quadro de sua genealogia da biopolítica e as formas da governamentalidade moderna e contemporânea, é inevitável explicitar os que poderiam ser chamados como “ecos arqueológicos da genealogia”, enquanto nos permitiriam precisar a interpretação proposta por Defert, segundo a qual arqueologia e genealogia se apoiam mutuamente (2011, p. 271). Resumidamente, cabe ressaltar que através da fórmula que introduzimos, referimo-nos tanto à centralidade que possui a noção de saber dentro das ferramentas que Foucault utiliza em suas genealogias, assim como também ao modo recorrente em que se ocupa do discurso das ciências humanas. Por sua vez, não se pode ignorar a problematização foucaultiana da genealogia como um método que permite realizar um trabalho filosófico nas pedreiras da história que não está marcado por uma preocupação normativa, nem adota uma perspectiva historiográfica de caráter teleológico.

Neste contexto, torna-se inevitável a referência à *Leçon sur Nietzsche* ditada em Montreal em 1971, na qual o filósofo se concentrou na possibilidade erigida a partir da genealogia nietzscheana de: “[...] pensar o conhecimento como um processo histórico prévio a toda problemática da verdade, e mais fundamentalmente que na relação sujeito-objeto. O conhecimento liberado da relação sujeito-objeto, é o saber” (Foucault, 2011, p. 205). Assim, o pensador explicita a maneira como a problematização genealógica recupera os desenvolvimentos arqueológicos, uma vez que o desacoplamento entre conhecimento e verdade –ligada à possibilidade de repensar o conhecimento em termos de saber, ou seja de pensar fora da relação sujeito-objeto– retoma a forma de problematização forjada por Foucault no quadro da contraposição entre teoria do conhecimento e arqueologia do saber. Através de sua leitura de Nietzsche, Foucault destaca –então– a possibilidade de realizar uma história da verdade na qual não entram em jogo as verdades imanentes à formação discursiva dos saberes contemporâneos de modo normativo.

Esta forma de problematização do trabalho filosófico nas pedreiras da história sob o manto do próprio nome de Nietzsche encontra-se intimamente ligada com o desenvolvido no artigo que publica naquele ano, “*Nietzsche, la généalogie, l’histoire*”, em que através de uma leitura do pensador alemão, Foucault retoma a distinção entre *Ursprung* e *Erfindung*, termos alemães que implicam a noção de “origem” e “invenção”, respectivamente. Na leitura foucaultiana, *Ursprung* é ligado à noção metafísica de “origem fonte”, de “origem transhistórico”, enquanto *Erfindung* liga-se à problemática concreta da proveniência (*Herkunft*) e das condições de possibilidade para a emergência ou surgimento (*Entstehung*) das práticas (Foucault, 1994d; Revel, 2008, p. 63). Igualmente, em 1973, dará no Rio de Janeiro o ciclo de conferências *La vérité et les formes juridiques*; na primeira delas, parará novamente na exposição de sua leitura da genealogia nietzscheana (1994e). Nesse trabalho, destacará que as ferramentas configuradas pelo filósofo alemão habilitam a realização de uma história da verdade descarregada de uma abordagem teleológica e normativa. Em consonância com a reconstrução que estamos desenvolvendo, consideramos extremamente ilustrativa a interpretação proposta por Raffin, que afirmou que:

A elaboração da noção de genealogia que leva adiante Foucault sobre as sendas nietzschianas constitui um marco inevitável como indicação de método, em que o filósofo francês leva adiante uma reelaboração e reformulação de categorias nietzschianas que se traduzem em conceitos e perspectivas centrais de sua produção, que podem ser reunidas em torno das problemáticas da história, o sujeito e a verdade, atravessadas por relações de poder-saber e intimamente ligadas entre si (2023, p. 151).

Por outro lado, é oportuno lembrar que no final da década de 1970 Foucault propôs realizar uma crítica política do saber, contraposta à crítica da ideologia. Essa proposta aponta para a investigação das condições que possibilitaram que se produza uma articulação entre uma série de práticas e um regime de verificação, cujos efeitos seriam que algo que não existia, permanecesse sem existir, mas, no entanto, se inscrevesse no “real”. Nesse sentido, em contraste com da colocação

em questão do discurso científico oitocentista em termos de “conhecimento superado” pela ciência atual, cujo caráter político se ligaria com o fato de que se tratava de “conhecimento ainda não suficientemente elaborado” que teria por suposta função a “legitimação do poder”, o que supõe a tradicional exclusão mútua entre poder e verdade, a crítica política do saber procura dar conta do modo como em determinado momento histórico se produziu um acoplamento entre uma série de práticas e um regime de verificação. Ou seja, a problematização dos saberes ocupar-se-á de desvendar o modo como estes articularam uma série de práticas, constituindo certos objetos passíveis de serem interrogados a partir de determinadas regras de verificação e falseamento, na perspectiva de modalidades enunciativas (posições de sujeito) configuradas como parte da mesma disposição epistêmica (Foucault, 2004b, pp. 29-52).

Retomando a reconstrução proposta ao longo deste parágrafo, podemos distinguir duas formas de problematização da filosofia crítica nas quais poderia enquadrar-se a crítica das ciências humanas, ou seja, sob o enquadramento dos mencionados caminhos críticos erguidos em torno do legado kantiano apontados por Foucault anos mais tarde. Dentro do marco da crítica concebida como “analítica da verdade em geral”, ligada à elaboração de uma teoria do conhecimento, se perfila uma crítica epistemológica de caráter normativo sobre a objetividade cognoscitiva das ciências humanas. Consequentemente, a prática da crítica como uma atividade preocupada com as possibilidades do conhecimento e seus limites intransponíveis, habilitaria uma abordagem das ciências humanas que deveria ocupar-se de elaborar um fundamento do conhecimento produzido por estas e perfilar um discurso normativo que forneça as regras sobre o modo em que devem ser desenvolvidas, de forma a garantir a objetividade do conhecimento produzido em relação aos objetos com os quais essa ciência se ocupa. Em contraposição, enquanto a inflexão foucaultiana da crítica se liga à realização de uma ontologia da atualidade, entre cujos alvos de problematização estão os saberes –que são constitutivos das matrizes que configuram os focos de experiência que nos habitam– as ferramentas forjadas por Michel Foucault permitiriam perfilar uma crítica epistemológica que, em vez de se bastar a si mesma, seria marcada por objetivos ontológico-políticos, deslocando-se do problema da objetividade cognoscitiva para o das formas de objetivação imanentes à constituição desse saber. Por conseguinte, sustentamos que em vez de realizar uma crítica normativa sobre a objetividade cognoscitiva das ciências humanas, a crítica política dos saberes sobre o “humano” contribui para o diagnóstico do presente através da elaboração de uma arqueo-genealogia das formas de objetivação.

FORMAÇÃO DOS SABERES SOBRE “O HUMANO”, BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

“Depois da anátomo-política do corpo humano, introduzida no curso do século XVIII, vemos aparecer; no final desse mesmo século, algo que já não é mais uma anátomo-política do corpo

humano, mas o que eu chamaria de “biopolítica” da espécie humana”
(Foucault, 1997, p. 216).

Na classe de 17 de março de 1976, com a que deu encerramento ao curso ministrado no *Collège de France* intitulado “*Il faut défendre la société*”, Foucault sustentou que o evento de surgimento da biopolítica, enquanto poder que se exerce positivamente sobre a vida e que se distingue do tradicional poder de espada do soberano, constitui-se a partir da imbricação entre o surgimento de problemas econômico-políticos, saberes e técnicas de poder (Foucault, 1997, pp. 213-235; Lemke, 2011, p. 33). Nesse contexto, destaca que a constituição de certos objetos é indissociável da abordagem estratégica dos mesmos, no âmbito do qual a proliferação do discurso dos saberes que se ocupam do “homem enquanto ser vivo” cumpriu um papel estratégico fundamental (Portocarrero, 2009, p. 155). Nesse sentido, pode-se dizer que, assim como a abordagem de determinados problemas econômico-políticos –ligados, por exemplo, ao desenvolvimento das cidades no âmbito do desdobramento do capitalismo– operou como condição de possibilidade para a formação de certos saberes, os objetos que esses saberes constituíram tornaram pensáveis tais problemáticas. Portanto, para dar conta da formação e surgimento das práticas biopolíticas torna-se fundamental a realização de uma crítica arqueo-genealógica das formas de objetivação imanentes à formação de determinadas ciências. Não se trata de que o “poder” descobrisse a existência de algo assim como “a vida”, mas, pelo contrário, estamos diante da emergência –ou seja, a constituição– do objeto, essa “massa global de seres vivos” que é a chamada espécie humana (Mauer, 2015, p. 46).

No contexto da citada aula de 17 de março de 1976, o pensador francês ressaltou o papel estratégico da medicina e higiene como práticas cuja formação operou, de certa forma, como condição de possibilidade das táticas e estratégias de normalização disciplinar –que têm por alvo o “corpo-máquina”– e de regulação biopolítica, que tomam a seu cargo o “corpo-espécie”: a população (Foucault, 1997, pp. 213-235; Rose, 2007, p. 57). Práticas que, através de uma articulação ortogonal, daria lugar à sociedade de normalização que se consolidaria na Europa na passagem do século XVIII para o século XIX. Justamente, o que caracterizaria a forma de exercício do saber-poder na modernidade capitalista é a aparição correlativa do “homem” como “corpo-máquina”, isto é, analisável e moldável no detalhe e na minúcia para torná-lo politicamente dócil e economicamente útil, e da formação do “homem-espécie”, ou seja da espécie humana enquanto população, concebida como multiplicidade de seres vivos (no sentido biológico do termo), que habitam um meio e que são atravessados por regularidades que só se tornam palpáveis a nível global, como as taxas de mortalidade, morbidade ou suicídio.

Neste contexto, deve-se ressaltar que a crítica do suposto caráter evidente dos focos que constituem nossa experiência, ou seja, o apontamento do caráter contingente e atravessado pelas relações de saber-poder que possuem as coordenadas a partir das quais problematizamos “o humano como vivo”, não implica de forma alguma a reivindicação romântica de algo assim como uma

forma de experiência “prévia” à captura pelas relações saber-poder. Se, como o próprio Foucault ressalta, suas pesquisas pretendem fornecer indicadores táticos para aqueles que estão em luta contra certas formas de exercício do poder (2004a), do que se trata –justamente– é de pensar os modos adequados de resistência dadas as formas de experiência que nos habitam e constituem historicamente, sem cair na ingenuidade de reivindicar uma sorte de “fora” em relação às relações de saber-poder. Pelo contrário, a aposta está na prática da filosofia como uma política da verdade, destinada ao desvendar os efeitos do saber produzidos pelas lutas e as táticas implementadas a propósito destas (2004a, p.5). Consequentemente, argumentamos que não há em Foucault um “grau zero” da experiência que, fazendo da vida uma potência, permita pensar a resistência em termos de subtração, já que o exercício do poder é algo mais complexo que uma metafísica da captura. Portanto, nós argumentamos que não há na filosofia foucaultiana uma aposta vitalista.

Retomando o indicado no parágrafo anterior, vem ao caso recordar que na lição de 16 de dezembro de 1970 –ministrada no *Collège de France* no âmbito do curso *Leçons sur la volonté de savoir*– ao repor sua leitura de Nietzsche, Foucault tinha caracterizado explicitamente como uma ingenuidade a tentativa de escapar ao idealismo do discurso filosófico apelando para Spinoza. Em outros termos, ao relançar sua problematização do saber por meio da aposta de realizar uma morfologia da vontade de saber, não configura um tandem Spinoza-Nietzsche; mas, pelo contrário, destaca que para se libertar nietzscheaneamente da grade forjada pela crítica kantiana, centrada no problema do conhecimento, é necessário “matar Spinoza” (Foucault, 2011, p. 28). Trata-se, então, de indagar a transformação nas formas de exercício do saber-poder na modernidade que deu origem à “vida” enquanto objeto que permite desenhar, ao lado do trabalho e da linguagem, a figura do “homem”.

Nos cursos ministrados em 1978 e 1979, o filósofo francês reinscreve sua arqueo-genealogia da biopolítica dentro do projeto de elaboração de uma “história da governamentalidade”; projeto no qual se propõe a investigar as diferentes formas de problematização sobre como governar no âmbito do exercício da soberania política, desde os albores da modernidade até o século XX. Traça, então, a filiação complexa da procedência da racionalidade política moderna e contemporânea, que se prolonga desde o governo político guiado pelo princípio da Razão de Estado, até o governo econômico, com suas torções fisiocráticas, liberais e neoliberais. Nesses trabalhos, defendeu que o surgimento da biopolítica deve se enquadrar nas formas de governo econômico, que tomam a população por objeto, as intervenções reguladoras como dispositivos predominantes e a economia política como saber privilegiado (Foucault, 2004a). Lá, o pensador francês afirmará que o liberalismo deve ser estudado como o quadro de racionalidade da biopolítica (2004b; Castro, 2011).

Em torno desta questão, deve-se notar que se em *Les mots et les choses* a formação das ciências sobre a vida, o trabalho e a linguagem, em cujo plexo se constituíram as ciências humanas, enquadra-se dentro da mesma mutação epistêmica, tal entrelaçamento entre a constituição dos diferentes objetos de saber será retomada por Foucault na aula de 25 de janeiro de 1978, ao apontar que é

a formação da população como objeto de saber e alvo de intervenção política o que permite dar conta da passagem da história natural à biologia, da análise das riquezas à economia política e da gramática geral à filologia (Castro-Gómez, 2010, pp. 163; Sacchi, 2016, pp. 32-33). Lição na qual, é oportuno lembrá-lo, o filósofo sustentou que “o homem” se formou como uma “figura da população” (Foucault, 2004a, p. 81). Ou seja, a constituição da população funciona como um operador estratégico que articula a mutação epistemológica e ontológica-política que ocorreu no âmbito do surgimento dos dispositivos de segurança que tomam a população – e as relações que esta estabelece com o meio em que se encontra – como alvo de intervenção.

Por outro lado, destaca-se que, nestes cursos, o filósofo introduz duas “apostas de método” chave: por um lado, a implantação do trabalho arqueo-genealógico é realizada sem tomar como ponto de partida “o objeto, a instituição e a função” (Foucault, 2004a); por outro, de maneira complementar, trabalha sobre o arquivo documental assumindo que “os universais não existem” e ensaiam uma história em que os lugares comuns do pensamento político – Estado, Sociedade Civil, Economia, Sujeito, Soberano – emergir como correlato das práticas de governo, em vez de serem tomados como grades que organizam antecipadamente a investigação das práticas governamentais (Foucault, 2004b, Veyne, 2008; Botticelli, 2016, p. 100; Méndez, 2020; Blengino, 2024, p. 20). Na medida em que Foucault releia suas indagações precedentes, desde suas pesquisas sobre a objetivação da “loucura” como doença mental ao estudo da biopolítica e o dispositivo de sexualidade, sob o prisma da colocação em questão dos universais, é ostensivo que – como apontamos anteriormente – nada mais longe da perspectiva foucaultiana do que a adoção de um enquadramento vitalista (que implicaria a caracterização da vida como um universal que, de maneira oposta ao proceder arqueo-genealógico, daria a ela o caráter de *arkhé*). Justamente, a problematização da figura do “homem” como ponto de partida da reflexão teórico-epistemológica e prático-política, e a conseqüente reconstrução de seu surgimento no seio da disposição epistêmica articulada em torno dos “quase-transcendentais” da vida, do trabalho e da linguagem, não implica em absoluto dar a esses objetos um estatuto análogo ao do “homem” que se pretende “destronar”. A colocação em questão dos universais não aponta à substituição de um universal por outro; isto é, que não se trata, por exemplo, de reivindicar o universal “vida” frente ao universal “homem”, apelando assim ao vitalismo para enfrentar o humanismo³.

Como apontamos anteriormente, a problematização foucaultiana dos saberes sobre o “humano”, elaborada numa perspectiva arqueo-genealógica, inscreve-se em sua concepção da filosofia crítica como atividade de diagnóstico do presente. Portanto, um aspecto fundamental dessa investigação encontra-se na crítica foucaultiana das formas de objetivação imanentes à constituição da teoria do capital humano (Chaves, 2021). Discurso que se ergue a partir da problematização do capital como “aquilo que produz um lucro”, no contexto de “alocação de recursos limitados para fins mutuamente excludentes”; o que

3 Uma crítica minuciosa das leituras “vitalistas” que foram feitas do pensamento foucaultiano encontra-se condensada no trabalho do pesquisador argentino Manuel Mauer (2015, pp. 99-120).

permite a introdução de um desbloqueio epistemológico ao possibilitar a inclusão do trabalho como atividade dentro da análise econômica (Foucault, 2004b, pp. 221-244). O “capital humano”, enquanto objeto, será constituído em torno de uma série de capacidades físicas e intelectuais ligadas à “produtividade” e ao *savoir-faire* atravessados pela tensão entre “o inato e o adquirido”. Dentro dessa estratégia discursiva, a “grade de análise econômica” é aplicada à totalidade das práticas sociais, ou seja, mesmo àqueles comportamentos considerados “habitualmente” como “não econômicos”; desde a educação e as relações familiares, até a dieta e o acesso à saúde, serão problematizadas em termos de “investimentos em capital humano” (Chaves & Neves Lima Filho, 2021, p. 54).

Na medida em que a constituição do capital humano como objeto habilita a aplicação da grade econômica como forma de inteligibilidade de todas as práticas sociais se perfila como critério de intervenção governamental. Portanto, o outro lado da moeda de que a racionalidade econômica seja problematizada como o modo adequado e sistemático de responder às transformações das variáveis do meio é que o alvo do exercício do governo se tornará eminentemente governável, justamente, através das intervenções “esclarecidas” sobre o jogo entre essas variáveis (Foucault, 2004b, pp. 245-270)⁴. Em contraste com o discurso criminológico do século XIX, que procurava descobrir por trás do crime o criminoso e levantava a necessidade de calibrar a pena em função da perigosidade do criminoso, a grade forjada pela teoria do capital humano acarreta uma eliminação antropológica do criminoso, ao problematizar o crime como uma situação de mercado.

Dado o caráter diagnóstico-crítico da leitura foucaultiana, consideramos fundamental enfatizar que não se encontra ali uma reivindicação de Gary Becker frente a Cesare Lombroso, mas sim uma problematização do discurso do neoliberalismo norte-americano em sua especificidade, de modo a não cometer o erro estratégico de articular uma crítica que não dê no alvo e que, portanto, seja incapaz de fornecer indicadores táticos para o exercício da resistência à racionalidade política contemporânea. Nessa direção deve ser lido o apontamento foucaultiano sobre que não devemos interpretar as atuais preocupações em genética como uma reedição do racismo oitocentista, mas sim dar conta do modo como se articula com o prisma da racionalidade configurado pela teoria do capital humano. Discurso que concebe o “acervo genético” como parte do acervo desse capital. Questionar essa discursividade como se se tratasse de uma abordagem racista, barraria a possibilidade de direcionar as ferramentas da crítica à racionalidade que, em sentido estrito, a impregna. Sem um diagnóstico rigoroso, corremos o risco de articular uma forma de crítica que “nade alegremente a favor da corrente”, em vez de detectar de que maneira não queremos ser governados, nem por quem, nem de acordo com quais fins, como Foucault caracterizou o exercício da crítica na conferência dedicada a esse tópico ditada no contexto da elaboração de seus trabalhos sobre as formas de governamentalidade moderna e contemporânea (Foucault, 2015).

⁴ Além disso, a teoria do capital humano se constitui como um modo de crítica mercantil ao exercício do poder público, enquanto denuncia o «absurdo» das práticas de governo que não se inscrevem em sua forma de problematização.

REFLEXÕES FINAIS: PENSAR A RESISTÊNCIA A PARTIR DA CRÍTICA ARQUEO-GENEALÓGICA DAS FORMAS DE OBJETIVAÇÃO DO “HUMANO”

“Foucault, no final de sua vida, formula uma visão da filosofia como o exercício de pensar de outra maneira. Nesse sentido, diagnosticar é elaborar novos modos de subjetivação através do pensamento como uma prática de si mesmo (...). Diagnosticar é então o esforço de pensar de outra maneira usando a história para isso. Um esforço que, nesta perspectiva, se identifica com a tarefa da filosofia”
(Yuing Alfaro, 2017, p. 354).

Retomando o exposto anteriormente, poderia perguntar-se em que medida a reconstrução proposta da arqueo-genealogia foucaultiana dos saberes sobre “o humano” deixa margem para pensar o problema da resistência, intimamente ligado à problematização da crítica como atividade de diagnóstico e como arte da insubordinação reflexiva. A questão seria, já que não podemos pensar em um “grau zero da experiência” e que, por exemplo, a vida —enquanto universal— é parte do que deve ser questionado (ao invés de ser tomada como *arkhê*), como pode se articular o exercício da resistência, partindo da base de que esta requer pontos em que “fazer pé”, mesmo sem negligenciar o seu caráter contingente e “arenoso”, sem os quais se bloqueia a possibilidade de articulação coletiva. Embora Foucault problematize a formação dos universais e sua inscrição no real como correlato das práticas governamentais, ao mesmo tempo destaca que estes configuram realidades transacionais (Foucault, 2004b); ou seja, destaca que estas se configuram, ao mesmo tempo, como correlatos das práticas de governo e como aquilo que constantemente escapa a essas práticas. Por outro lado, nos cursos citados sobre as formas modernas de governamentalidade, o filósofo caracterizou a política tanto como aquilo que nasce com a resistência à governamentalidade (2004a), bem como também o jogo entre as múltiplas governamentalidades (2004b). Igualmente, no que diz respeito à tríade formada pela vida, o trabalho e a linguagem, que desenham a figura do “humano”, cabem recordar que em *Les mots et les choses*, o pensador francês caracterizara tais noções como “quase-transcendentais” (1966). Enfatizamos, então, a título de hipótese, que se poderia pensar em uma espécie de “gradiente da resistência”. A polivalência tática dos discursos (Foucault, 1976), habilitaria a possibilidade de torcer de outro modo os saberes que se configuram dentro de uma determinada disposição epistêmica; ou seja, permitiria articular um discurso resistente sem contestar os “quase-transcendentais” que constituem o *a priori histórico* de todo discurso da verdade dentro de uma determinada época.

No entanto, uma vez que essa torção não objeta os “quase-transcendentais”, é evidente que não está isenta de perigos. Diante disso torna-se relevante a indagação de práticas de governo de si e dos outros que ocorreram no seio do mundo greco-romano, enquanto davam lugar a focos de experiência em que o vínculo do sujeito com ele mesmo, com os outros e com a verdade não estava articulado pela concepção de liberdade própria da racionalidade política

moderna/contemporânea, nem pelo seu antecedente pastoral. Deste modo, torna-se compreensível a investigação foucaultiana daquelas problematizações que dão lugar a formas de “pensar de outra maneira” (Foucault, 1984a, 1984b), que não têm a ver com a busca de respostas, ao modo de receitas, para o presente nem, obviamente, de fazer do mundo helenístico uma “idade de ouro”. A modo de fechamento, nos perguntamos se a articulação do que denominamos “gradiente da resistência” poderia operar como condição de possibilidade para a constituição de uma vida-outra e um mundo-outro.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ YAGÜEZ, Jorge (2017). La parrèsia en el marco de la obra foucaultiana: verdad y filosofía. *Dorsal. Revista de Estudios Foucaultianos*, 2, pp. 15-16.
- BLANCHOT, Maurice (1986). Michel Foucault tel que je l’imagine. Éditions Fata Morgana.
- BLENGINO, Luis Félix (2024). Nacimiento de la modernidad y gubernamentalización del Estado. Historia (geo)política de las artes de gobernar en Michel Foucault. Editorial UNLaM.
- BOTTICELLI, Sebastián (2016). La gubernamentalidad del Estado en Foucault: un problema moderno. *Praxis Filosófica*, n° 42, pp. 83-106.
- CASTRO, Edgardo (1995). Pensar a Foucault: interrogantes filosóficos de La arqueología del saber. Editorial Biblos.
- CASTRO, Edgardo (2011). Lecturas foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica. UNIPE: Editorial Universitaria.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2010). Historia de la gubernamentalidad. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Siglo del Hombre Editores.
- CASTRO-ORELLANA, Rodrigo & CHAMORRO, Emmanuel (2021). Prólogo: Nacimiento de la biopolítica. Una historia de lo que somos. R. Castro-Orellana & E. Chamorro (Eds.), *Para una crítica del neoliberalismo. Foucault y Nacimiento de la biopolítica* (pp.5-10). Madrid: Dado Ediciones.
- CHAVES, Ernani (2021). “Passe-moi le sel, je te donne le poivre”: liberalismo, neoliberalismo y producción de subjetividades. R. Castro-Orellana & E. Chamorro (Comps.), *Para una crítica del neoliberalismo. Foucault y Nacimiento de la biopolítica*, Madrid, Dado Ediciones.
- CHAVES, Ernani & NEVES LIMA FILHO, Eduardo (2021). “Racismo, Racismo de Estado e Neoliberalismo: Michel Foucault e seus críticos?”. *El Banquete de los Dioses. Revista de Filosofía y Teoría Política Contemporáneas*, n° 9.
- DALMAU, Iván Gabriel (2024). *Michel Foucault: entre epistemología y política. Reflexiones en torno a la arqueo-genealogía del saber que vertebra la analítica de la gubernamentalidad neoliberal*. Editorial Teseo / Colección Filosofía
- DEFERT, Daniel (2011). Situation du Cours. M. Foucault, *Leçons sur la volonté de savoir. Cours au Collège de France. 1970-1971* (pp. 255-279). Éditions Gallimard SEUIL. 2011.
- DELEUZE, Gilles (1986). Foucault. Les Éditions de Minuit.
- DOMINGUES, Ivan (2023). Foucault, a arqueologia e As Palavras e as Coisas. Cinquenta anos depois. Editora UFMG.
- DREYFUS, Paul & RABINOW, Hubert (1983). Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics. The University of Chicago Press.
- FONTANA, Alessandro & BERTANI, Mauro. Situation du Cours. M. Foucault, « Il faut défendre la société ». Cours au Collège de France. 1976 (pp. 245-263). Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel (1966). Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1976). Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1984a). Histoire de la sexualité 2. L’usage des plaisirs. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1984b). Histoire de la sexualité 3. Le souci de soi. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1994a). Qu’est-ce qu’un philosophe? M. Foucault, *Dits et écrits. 1954-1988. I. 1954 – 1969*. Éditions Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel (1994b). La philosophie structuraliste permet de diagnostiquer ce qu’est ‘aujourd’hui’. En M. Foucault, *Dits et écrits. 1954-1988. I. 1954 – 1969*. Éditions Gallimard.

- FOUCAULT, Michel (1994c). Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'épistémologie. M. Foucault, *Dits et écrits. 1954-1988. I. 1954-1969*. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1994d). Nietzsche, la généalogie, l'histoire. M. Foucault, *Dits et écrits. 1954-1988. II. 1970-1975*. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1994e). La vérité et les formes juridiques. M. Foucault, *Dits et écrits. 1954-1988. II. 1970-1975*. Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1997). « Il faut défendre la société ». Cours au Collège de France. 1976. Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel (2004a). Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel (2004b). Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France. 1978-1979. Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel (2008). Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983. Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel (2011). Leçons sur la volonté de savoir. Cours au Collège de France. 1970--1971. Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel. (2012). Du gouvernement des vivantes. Cours au Collège de France. 1979-1980. Éditions Gallimard SEUIL.
- FOUCAULT, Michel (2015). « Qu'est-ce que la critique? ». M. Foucault, « Qu'est-ce que la critique? » suivi de *La culture de soi*. Vrin.
- GROS, Frédéric (2008) M. Situation du Cours. M. Foucault *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983*. Éditions Gallimard SEUIL.
- LEMKE, Thomas (2011). Biopolitics. An advanced introduction, (Eric Frederic Trump, Trad.). New York University Press.
- LÓPEZ, Cristina (2017). Arqueología y genealogía: de la historia como recurso para abordar el presente. E. Chamorro Sánchez (Ed.), *Michel Foucault y los sistemas de pensamiento. Una mirada histórica*. CENALTES Ediciones.
- MAUER, Manuel (2015). Foucault et le problème de la vie. Éditions de la Sorbonne.
- MÉNDEZ, Pablo Martín. (2012). Foucault y la arqueología de la política. Siguiendo las huellas de un método inconcluso. *Revista de Filosofía Diánoia*, 65 (84), pp. 81-109.
- PORTOCARRERO, Vera. (2009). As ciências da vida. De Canguilhem a Foucault. Editora FIOCRUZ.
- RAFFIN, Marcelo. (2020) A noção de discurso em Michel Foucault. A. Butturi, et al, *No Campo Discursivo: Teoria e Análise* (pp. 51-74). Pontes Editores.
- RAFFIN, Marcelo. (2023). El momento genealógico en Michel Foucault: continuidades y reformulaciones del pensamiento nietzscheano". *Nuevo Pensamiento. Revista de Filosofía*, 12, pp. 127-155.
- REVEL, Judith. (2008). Dictionnaire Foucault. Éditions-Ellipses.
- ROSE, Nikolas. (2007). The Politics of Life Itself. Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century. Princeton University Press.
- SABOT, Philippe. (2006). Lire *Les mots et les choses* de Michel Foucault. Presses Universitaires de France.
- VÁZQUEZ GARCÍA, Francisco (2020). Cómo hacer cosas con Foucault. Instrucciones de uso. Dado Ediciones.
- VILLACANAÑAS, José Luis & CASTRO-ORELLANA, Rodrigo. (2018), Prólogo: fragmentos filosóficos, talleres históricos. J. L. Villacañas & R. Castro-Orellana (eds.), *Foucault y la historia de la filosofía* (pp. 5-27). Dado Ediciones.
- VEYNE, Paul (2008). Foucault, sa pensée, sa personne. Albin Michel.
- YUING ALFARO, Tuillang (2017). Tras lo singular. Michel Foucault y el ejercicio del filosofar histórico. CENALTES Ediciones.